

Rivania Selma de Campos Ferreira

De: Marcelo de Almeida Frota
Enviado em: segunda-feira, 25 de outubro de 2021 09:14
Para: Rivania Selma de Campos Ferreira
Assunto: ENC: Ofício CDL/BH - PL 2058-2021 Homeoffice para gestantes
Anexos: PRE_231-21.pdf

De: Sen. Rodrigo Pacheco
Enviada em: quinta-feira, 21 de outubro de 2021 12:08
Para: Marcelo de Almeida Frota <MFROTA@senado.leg.br>
Assunto: ENC: Ofício CDL/BH - PL 2058-2021 Homeoffice para gestantes

De: Presidência CDL/BH [<mailto:presidencia@cdlbh.com.br>]
Enviada em: quarta-feira, 20 de outubro de 2021 17:26
Para: Sen. Rodrigo Pacheco <sen.rodriropacheco@senado.leg.br>
Assunto: Ofício CDL/BH - PL 2058-2021 Homeoffice para gestantes

Excelentíssimo Senhor
 Senador Rodrigo Pacheco
 Presidente do Senado Federal

Senhor Senador,

Ao cumprimentá-lo, encaminho nosso ofício em que **solicitamos o apoio de Vossa Excelência para o avanço na tramitação do [PL 2058/2021](#)**, de autoria do Dep. Tiago Dimas (Solidariedade/TO), que estabelece medidas sobre o trabalho de gestantes durante a pandemia.

Atenciosamente,

	<p>Marcelo de Souza e Silva Presidente Tel.: 3249 - 1640 E-mail: presidencia@cdlbh.com.br / Site: www.cdlbh.com.br</p>
<p>Sistema CNDL</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;">      </div>	

Este é um e-mail oriundo da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte - CDL/BH, e seu conteúdo é confidencial e destinado exclusivamente a seu(s) destinatário(s), não podendo ser copiado ou repassado, no todo ou em parte, a terceiros. Se esta mensagem foi-lhe enviada por engano, pedimos o obséquio de entrar em contato conosco através do telefone, fax ou e-mail acima.

This is an e-mail from the Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte - CDL/BH and its contents are privileged and confidential to the ordinary user(s) of the e-mail address(es) to which it was addressed, and no one else may copy or forward all or any of it in any form. If this e-mail was sent to you in error, please contact us at the above telephone, fax or e-mail.



Belo Horizonte, 20 de outubro de 2021.
PRE/231/21

Excelentíssimo Senhor
Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

A Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte - CDL/BH, entidade que, há mais de 61 anos, congrega os interesses de mais de 13 mil empresas dos setores de comércio e serviços na capital mineira, ao cumprimentá-lo, **solicita o apoio de Vossa Excelência para a votação e aprovação com urgência do [PL 2058/2021](#)**, de autoria do Dep. Tiago Dimas (Solidariedade/TO), que estabelece medidas sobre o trabalho de gestantes durante a pandemia.

A proposição legislativa foi aprovada pela Câmara dos Deputados no último dia 06/10 e, agora, aguarda a apreciação do Senado Federal.

A Lei n. 14.151 de 2021 sancionada em maio do corrente ano, tornou obrigatório o afastamento da empregada gestante das atividades de trabalho presencial durante a emergência de saúde pública nacional decorrente de coronavírus, sem prejuízo de sua remuneração. O texto determina ainda, que a empregada afastada ficará à disposição para "exercer as atividades em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância".

No entanto, **existem muitas hipóteses em que a atividade laboral desempenhada pela gestante não é compatível com a modalidade de trabalho remoto/home office.**

Diante disso, **nos posicionamos pela aprovação do PL 2058/2021** que visa corrigir algumas distorções provocadas pela Lei n. 14.151/21 ao compatibilizar a proteção da mulher e do nascituro com possibilidade de alterar a função da colaboradora sem prejuízo da remuneração, além de prever as hipóteses que podem justificar o retorno às atividades presenciais.

O PL prevê ainda, para as gestantes que, por força de fatores independentes de sua vontade ainda não estão imunizadas, a equiparação à gravidez de risco, permanecendo a gestante afastada de atividades **mediante o pagamento pelo INSS do salário-maternidade.**



Sistema CNDL





Dessa forma, visando o enfrentamento do desemprego e das consequências da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) no âmbito das relações de trabalho, resta necessária a inclusão dos dispositivos supra elencados à Lei nº 14.151, de 2021, para assim compatibilizar o afastamento das empregadas gestantes durante a pandemia, do trabalho presencial, sem acarretar a criação de um risco econômico a nível nacional.

Por todo o exposto, pedimos o apoio de Vossa Excelência para o avanço e aprovação do PL 2058/2021, nos termos acima expostos.

Receba Vossa Excelência expressões de estima e respeito.

Atenciosamente,

Marcelo de Souza e Silva
Presidente



Sistema CNDL

